

LIMITAÇÕES E DESAFIOS DA AGRICULTURA COMO FATOR DINÂMICO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE LIMITATIONS AND CHALLENGES OF AGRICULTURE AS A DYNAMIC FACTOR IN MOZAMBIQUE'S NATIONAL DEVELOPMENT

EMÍLIO CARLOS SOVERANO IMPISSA

Doutorando em Ciências Econômicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM), Paraná, Brasil.

E-mail: eimpissa85@gmail.com

EDNALDO MICHELLON

Professor Associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM), Paraná, Brasil.

E-mail: emichellon@uem.br

Grupo de trabalho (GT): 7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

Este artigo analisou as razões do fracasso dos instrumentos de desenvolvimento do setor agrário em Moçambique. Com a metodologia centrada na pesquisa bibliográfica, o estudo dividiu-se em dois importantes períodos: pós independência (1975 – 1993) e pós primeiras eleições multipartidárias (1994 – 2021). Os resultados da pesquisa indicam que diversos planos, programas e projetos, com vista ao desenvolvimento do setor agrário em Moçambique, foram implementados e muitos deles não alcançaram as metas ou objetivos que levaram a sua implementação. Da análise dos resultados, o trabalho concluiu que constituem fatores de baixa produção e produtividade do setor agrário em Moçambique, a incapacidade de exploração das suas áreas de cultivo, a marginalização dos agricultores familiares e deficitárias infraestruturas de apoio ao setor produtivo. Deste modo, para que os planos, programas e projetos de desenvolvimento agrário em Moçambique constituam-se num instrumento de desenvolvimento nacional, pelo aumento da produção e produtividade, estes devem ser integrados com programas de melhorias de infraestruturas sustentáveis. Isso, assegurará, assim, a ligação campo-cidade, e possibilitará a agricultura desempenhar o seu papel: em produto, mercado e fatores, garantindo-se, deste modo, a sua contribuição nos processos de desenvolvimento dos demais setores da economia.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Agricultura Familiar; Infraestruturas Sustentáveis; ligação campo-cidade.

Abstract

This article analyzed the reasons for the failure of the instruments for the development of the agricultural sector in Mozambique. With the methodology centered on bibliographical research, the study was divided into two important periods: post-independence (1975 - 1993) and post-first multiparty elections (1994 - 2021). The research results indicate that several plans, programs and projects, with a view to the development of the agricultural sector in Mozambique, were implemented and many of them did not reach the goals or objectives that led to their implementation. From the analysis of the results, the work concluded that factors of low production and productivity in the agricultural sector in Mozambique are the inability to explore its cultivated areas, the marginalization of family farmers and the deficient infrastructures to support the productive sector. Thus, for the plans, programs and projects for agricultural development in Mozambique to become an instrument of national development, by increasing production and productivity, they must be integrated with programs for improving sustainable infrastructure. This will ensure the link between the countryside and the city, and will enable agriculture to play its role: in product, market and factors, thus guaranteeing its contribution to the development processes of other sectors of the economy.

Keywords: Economic Development, Family Farming, Sustainable Infrastructure and countryside-city connection.

1. Introdução

A literatura em torno das relações do setor agrário com o desenvolvimento econômico tem uma longa trajetória e, os estudos mostram que a agricultura impulsiona o processo de desenvolvimento socioeconômico na medida em que fornece um excedente disponível para a provisão de alimentos e de capital para outros setores.

Aliás, Kuznets (1994), decompõe a contribuição da agricultura no crescimento econômico em três tipos: contribuição em produto, em fatores e em mercados. A contribuição em produto, refere-se ao desempenho da agricultura no crescimento do produto nacional. A contribuição em fatores, refere-se à transferência ou empréstimo de recursos (capital e trabalho) a outros setores e, a contribuição em mercados representa o fato de a agricultura poder contribuir para o crescimento de outros setores e alargamento ou criação de novos mercados; contribuindo, assim, para o fortalecimento da economia como um todo.

Localizado no sudoeste do continente africano, Moçambique é um país dotado de ricos e extensos recursos naturais e o seu desenvolvimento está intensamente ligado ao setor agrícola.

Apoiados nos altos índices de pobreza multidimensional, e justificando-se em teorias de polos de desenvolvimento e melhorias de cadeias de valor produtivo e redução a fome, Moçambique vem registrando a implementação de diversos instrumentos que visam a dinamização do setor agrário.

Não obstante, os múltiplos instrumentos de desenvolvimento agrário não resultam em aumentos significativos da produção e rendimentos agrícolas. Aliás, a pobreza, o índice de desenvolvimento humano, a insegurança alimentar e a desnutrição crônica tendem, ou a manter-se constante ao longo do tempo, ou a verificar uma redução insignificante e ainda por vez a agravar-se.

Subsidiando-se o anterior parágrafo, PNUD (2021) realça que em Moçambique, mais de 70% da população, aproximadamente a 22 milhões de habitantes são multidimensionalmente pobres. Desses, 63% vivem abaixo da linha de pobreza.

Analizando a dinâmica dos programas, planos, estratégias e projetos de financiamentos para o aumento da produção e produtividade do setor agrário em Moçambique, no período de 1975 – 2021, o presente artigo procura responder a seguinte questão: Quais as razões do fracasso dos instrumentos de desenvolvimento do setor agrário em Moçambique?

2. Fundamentação teórica

Johnston e Mellor (1961), ao analisarem a relação entre a agricultura e o crescimento econômico ressaltaram que, através do aumento da produção e da produtividade, a agricultura e, por extensão, o setor rural pode oferecer cinco contribuições ao processo de crescimento econômico:

- i). Fornecimento de alimento às famílias e matérias-primas às indústrias – o crescimento demográfico cria pressão aos setores produtivos, a agricultura contribui para as indústrias responderem as exigências da crescente urbanização, caracterizada pela demanda de bens industriais.
- ii). Acumulação de divisas – dado que nenhuma economia é auto suficiente na produção de bens e serviços necessários ao seu desenvolvimento, através do mercado internacional, a economia que exporta estes bens e serviços a outra economia, acaba ampliando o estoque de divisas.
- iii). Aumento da procura de trabalho na economia – o emprego do setor industrial tende a aumentar com o aumento da produção e da produtividade agrícolas.
- iv). Provimento de recursos para outros setores – é quase impossível separar a sustentabilidade agrícola da indústria, a interdependência destes setores intensifica-se

com a implementação das agroindústrias, isto é, ambas fomentam o desenvolvimento a outra. No entanto, de forma indireta e invisível se dá a transferência de recursos agrícolas a indústria, sendo esta realizada por via consumidores, que se verifica quando há uma redução dos preços agrícolas, as indústrias aumentam a sua produção e, como as famílias passam a gastar menos em produtos alimentares agrícolas diretos, propicia-se assim maior renda disponível para os consumidores gastarem com produtos industriais ou serviços, há um estímulo para o crescimento do setor urbano.

- v). Expansão do mercado interno – o setor rural pode contribuir para a expansão do mercado interno de formas alternativas e não mutuamente excluídas: consumir bens e serviços finais produzidos por setores urbano-industriais, empregar fertilizantes, defensivos, tratores e outros fatores de produção gerados por esses setores ou produzir alimentos e matérias-primas a preços baixos para atender à demanda dos consumidores urbanos.

A agricultura familiar começou a ser elogiada a partir de filósofos na antiguidade clássica e no renascimento, estes pensadores viam esta atividade como essencial à sociedade e como fonte de virtudes. Contudo, passou a suscitar mais atenção dos pensadores econômicos e sociais, a partir de meados do século XIX (CRISTINA E ALENCAR, 2015, p. 4), aliás;

Os economistas clássicos não convergiam no entendimento de existirem vantagens de escala na agricultura. David Ricardo não distinguia a agricultura familiar da capitalista no que tange à eficiência, desde que ambas fossem bem administradas e receptivas ao conhecimento científico. No célebre debate entre Ricardo e Thomas Malthus – no qual apresentam argumentos quanto a poder ou não haver fome no mundo, caso o crescimento da produção de alimentos não acompanhasse o crescimento da população –, embora divergissem com relação a quem caberia a apropriação da renda da terra, não manifestavam falta de confiança na agricultura familiar.

Em 2012, o Diretor Geral da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, fez menção a importância da agricultura argumentando que, para que os agricultores familiares sejam os principais agentes da transformação dos sistemas agroalimentares, é fundamental garantir direitos de posse e acesso equitativo a recursos e bens produtivos. Estruturas jurídicas, políticas e organizacionais coerentes para a boa governança da posse que facilitem, promovam e protejam os direitos de posse, ao mesmo tempo em que reconhecem direitos de posse legítimos, incluindo direitos de posse consuetudinários legítimos que podem não ser atualmente protegidos por lei, conduzem ao desenvolvimento sustentável, investimento responsável e a erradicação da pobreza e da insegurança alimentar dos agricultores familiares.

FAO (2014), reforçou o papel vital da agricultura familiar, afirmando que esta atividade transcende os aspectos individuais que normalmente são usados para descrevê-la. É mais que um modelo de economia agrária; consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), mais de 80% de todos os alimentos produzidos no mundo têm como origem propriedades familiares e, FAO (2014) acrescentou que existem no mundo 1,5 bilhão de pessoas em 380 milhões de estabelecimentos rurais, 800 milhões com hortas urbanas, 410 milhões em florestas e savanas, e mais de 100 milhões de pastores camponeses. Em reconhecimento a essa importância, em 2014, a agricultura familiar foi escolhida pela ONU como temática central. A declaração inédita para o setor é resultado do papel fundamental que esse desempenha para o alcance da segurança alimentar no planeta.

Aliás, no discurso de José Graziano da Silva sublinha-se a importância vital da agricultura familiar, quando referiu que ela, considerada por muitos um passivo, na verdade é um ativo estratégico dessa travessia. Subsidiando o seu argumento, ele afirmou que a agricultura familiar aglutina a carência e o potencial de milhares de comunidades em que se concentram os segmentos mais frágeis da população. Qualquer ganho na brecha de produtividade aí ampliará substancialmente a disponibilidade de comida na mesa dos mais pobres e de toda a sociedade, reduzindo a dependência em relação a alimentos importados e protegendo a economia da volatilidade das cotações internacionais (QUEDI et al., 2016).

Para que os objetivos com a agricultura familiar sejam alcançados, a ONU definiu sete pilares, nomeadamente:

- (1). Desenvolver um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar;
- (2). Apoiar os jovens e garantir a sucessão rural na agricultura familiar;
- (3). Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e o papel de liderança das mulheres rurais;
- (4). Fortalecer as organizações da agricultura familiar e suas capacidades para gerar conhecimento, representar demandas dos/as agricultores/as e fornecer serviços inclusivos nas áreas rurais;
- (5). Melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar dos/as agricultores/as familiares e comunidades rurais;
- (6). Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para sistemas alimentares resilientes ao clima;
- (7). Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para inovações sociais que contribuam para o desenvolvimento territorial e sistemas alimentares que protegem a biodiversidade, o meio ambiente e a cultura.

Sorj (2008) destaca que o desenvolvimento da economia como um todo, é resultado de incentivos à agricultura familiar, visto que a expansão desta, possibilita o desenvolvimento das indústrias que por sua vez as indústrias impulsionam a agricultura, verificando-se assim o processo de acumulação do conjunto da economia, impulsionada pelo desenvolvimento dos complexos agroindustriais. A este contexto, cabe ao Estado regular essa dinâmica, ao mesmo tempo que orienta e impulsiona certos setores com créditos e subsídios.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa para Gil (1989, p.42), tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Gil (2008), afirmando que os estudos que verificam hipóteses causais são também designados de estudos explicativos, resumiu assim a classificação dos níveis de pesquisa descritos por Duverger (1962) e Selltiz *et al.* (1967), em apenas três níveis: descritiva, explicativa e exploratória.

Ainda GIL (2008) sublinhou que as pesquisas se dividem quanto a natureza em dois tipos, pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa.

Deste modo, importa salientar-se que o presente artigo se enquadra quanto à natureza, como pesquisa básica, porque a pesquisa objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva explicativa. Descritiva porque visa descrever as relações entre variáveis. Explicativa porque visa identificar os fatores

que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos e aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas.

Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como bibliográfica, porque foi elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

4. Resultados e discussão

4.1. Instrumentos agrários pós independência (1975 – 1993)

É quase que impossível falar da agricultura pós independência em Moçambique, sem falar da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que é o partido que em 25 de Junho de 1975, proclamou a Independência Nacional de Moçambique, como resultado de Acordos de Lusaka assinados no dia 7 de Setembro de 1974, entre a FRELIMO e a Autoridade Colonial Portuguesa na capital (Lusaka) da Zâmbia.

A agricultura sempre foi levada aos congressos da FRELIMO, sendo no seu IIIº congresso em Fevereiro de 1977, foi adoptada a estratégia de coletivização do campo e foi elaborado o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), com objetivo de acabar com o subdesenvolvimento, num período de 10 anos (1980 – 1990) e, no IVº congresso, em 1983, em vista ao aumento da produção foi discutida a necessidade de alargar o centro de acumulação; em 1987 foi implementado o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) e depois Social (PRES).

Segundo Castel-Branco (1995), o PPI se caracterizava por dois eixos: o setor estatal e o setor cooperativo. Sendo o primeiro como forma de produção dominante. E tinha como objetivo acabar com a pobreza num período de 10 anos.

O PPI era o instrumento na base pelo qual seriam organizados os recursos para o desenvolvimento do potencial agrário e industrial de Moçambique, e se assentava em três pilares fundamentais: (i) a socialização do campo e o desenvolvimento acelerado do setor agrário através da mecanização; (ii) a industrialização, em particular o desenvolvimento da indústria pesada; e (iii) a formação da força de trabalho.

Chichava (2022, p. 17) realça que;

A socialização do campo implicaria a transformação de milhões de camponeses e trabalhadores rurais num forte campesinato socialista, organizado sobre novas relações de produção, e capaz de fortalecer a aliança com os operários, através da intensificação das relações entre o campo e a cidade.

Ainda Chichava (2022, p. 18) afirmou que Samora Machel¹, apostava e acreditava que;

O aumento da produção e da produtividade no campo, era a solução para os problemas do almejado desenvolvimento do País. [...], a criação de um operariado agrícola e de um campesinato cooperativista reforçaria a aliança operário-camponesa, condição indispensável para o triunfo da luta contra a exploração do homem pelo homem, e para edificação de uma sociedade mais justa em Moçambique.

Segundo Wuyts (1989) no período inicial a implementação do PPI verificou-se um crescimento da economia em cerca de 5%, caracterizado pelo comportamento positivo das maiorias dos indicadores econômicos, a taxa de inflação do mercado oficial esteve controlada entre 1 e 2 por cento, as contas públicas mantiveram-se equilibradas, contrariamente ao consumo público, o consumo privado aumentou; as exportações cresceram, embora mais lenta que as importações e a produção aumentou em quase todos os setores.

¹ Primeiro Presidente de Moçambique.

Apesar de que no período entre 1977 a 1984, mais de 90% do investimento e dos técnicos alocados a agricultura destinavam-se ao setor estatal, e 70% do investimento na economia nacional foi destinado à agricultura e construção de obras de apoio à expansão das explorações agrárias, sobretudo aos projetos de irrigação, e terem sido importadas mais de três mil tratores e cerca de quinhentas máquinas e equipamentos para sementeira e colheita e, insumos agrícolas de melhor qualidade, especialmente químicos importados, do tipo fertilizantes e pesticidas, o setor Estatal não conseguiu responder aos objetivos, justificando-se da crise econômica² e os efeitos da guerra de agressão contra Moçambique, conforme Castel-Branco (1995).

Os resultados insatisfatórios do padrão centrado no setor estatal, levou com que em 1983, a FRELIMO, decidisse dar prioridade aos pequenos agricultores. E, segundo Mosca (2017, p. 7):

Assim, se deu início a importante reforma no meio rural, com a distribuição de terras aos camponeses, como foi o caso do regadio no vale do rio Limpopo e em outras zonas onde mais se fazia sentir o conflito armado. Estas reformas estão claramente associadas à necessidade de responder à insatisfação de pequenos agricultores (ex-colonos moçambicanos dos regadios).

O PRE tinha como principal objetivo a reposição do equilíbrio macroeconômico e dar mais flexibilidade e eficiência à economia nacional, em forma de correção dos erros gerados pelo PPI, contudo, o PRE foi também caracterizado por uma série de problemas (Castel-Branco:1995 & Mosca:2017), associam o fraco desempenho do PPI e PRE, a sua incapacidade de equacionar e responder aos problemas estruturais da economia moçambicana e a concentração de produção pelas empresas estatais, tendo contrapartida a marginalização dos pequenos produtores.

4.2. Instrumentos agrários pós primeiras eleições multipartidárias (1994 – 2021)

Moçambique possui boas potencialidades agroecológicas, e tem cerca de 36 milhões de hectares de terra arável, extensas áreas com terras férteis e 15 grandes bacias hidrográficas (GBMD, 2018).

Aproximadamente 67% da população Moçambicana reside nas zonas rurais. Desta, cerca de 98% pratica a agricultura familiar, essencialmente de subsistência, que representa 97,8% das explorações agrícolas do país. Cerca de 3,9 milhões das famílias praticam agricultura de sequeiro em parcelas de cerca de 1,4 hectares (MUCAVEL; LUÍS, 2021).

Desde 1994, período pós primeiras eleições multipartidárias, Moçambique vem registando a implementação de diversos instrumentos para dinamização da agricultura em Moçambique, de entre as quais, políticas, programas, planos e estratégias e, os resultados falhados são esperados antes da sua implementação, por estas não estarem alinhadas a realidade agrícola das regiões, províncias ou distritos e nem as necessidades dos agricultores.

Em 1995, com a aprovação da resolução 11/95, de 31 de outubro, surgiu a primeira política agrária e as respectivas estratégias de implementação (PAEI), na qual tinha os seguintes objetivos: (I) transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento; (II) o desenvolvimento de um setor agrário de subsistência que contribua com excedentes para o mercado; (III) o

² Crise do sistema capitalista, resultante da inflexão da política econômica norte-americana em 1979, que teve reflexos negativos no processo de desenvolvimento de quase todas as economias mundiais, pela deterioração dos termos de troca, dado que o dólar é moeda-chave do sistema internacional.

desenvolvimento de um setor empresarial eficiente e participativo no desenvolvimento agrário (BEULA, 2020).

Dirigido pelo PAEI, o Governo aprovou e implementou em 1998, o primeiro projeto nacional de investimento no setor agrário, denominado Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura – ProAgri I (1998 - 2004). Com um orçamento de mais de 202 milhões de dólares e cerca de 20 doadores (LUNDIN; LEVENE; GERMANO, 2004).

Segundo Beula (2020), o ProAgri I não assegurou que Moçambique registasse dados significativos de produção e produtividade, visto que para além da exclusão da sociedade civil e do setor privado na implementação do programa, também maior parte do valor foi investido na capacitação institucional e dos produtores, sendo ignorados as linhas de ação que assegurem ao alcance dos objetivos preconizados. Não obstante, foi investido mais 200 milhões de dólares, para implementação do ProAgri II (2006 – 2010) e, foi revisto o Plano Diretor da Extensão Agrária (PDEA), para garantir o seu alinhamento com os objetivos do ProAgri II e, PDEA estendia-se de 2007 a 2016.

Ainda em 2007 foi aprovado o Programa Nacional de Extensão Agrária (PRONEA) 2007-2014 e, que incorporava as orientações do PAEI e PDEA, realçando as orientações para o mercado, priorizando as commodities, as cadeias de valor agregado, bem como os seus componentes, especialmente a orientação para a formação dos produtores rurais em negócios agrícolas, o fortalecimento das associações e das cooperativas e os suportes aos produtores rurais.

Em 1998 e 2007, foram aprovados e implementados dois planos voltados para a redução da fome em 50% até 2015, denominados de Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) I e II respectivamente. Destacam-se como razão a aprovação da segunda fase da ESAN, as limitações do ESAN I, como a falta de indicadores claros de monitoria e avaliação de curto e médio prazos; falta de plano operacional para coordenação, multisetorial e falta de definição de grupos alvo.

De modo a responder à carência e agravamento mundial dos preços de alimentos, foi aprovada em 2007 a Estratégia de Revolução Verde, definido como um instrumento para transformar a agricultura num sistema altamente produtivo, eficiente, competitivo e sustentável de forma a garantir a segurança alimentar e a retirar milhões de pessoas da pobreza. Para garantir a operacionalização da estratégia de revolução verde, foi aprovado também o Plano de Ação para Produção de Alimentos (PAPA) 2008–2011.

Ainda em 2010, foi aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) 2011–2020, assente em quatro em linhas de operacionalização a saber, (i) geração, transferência de tecnologia e provisão de insumos agrários; (ii) produção agrária; (iii) desenvolvimento de cadeias globais de valor; (iv) gestão sustentável dos recursos naturais. Em 2013, o governo aprovou o Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA) 2013–2017, com objetivo deste operacionalizar o PEDSA.

Com a aprovação do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019, tornou-se necessário harmonizar e alinhar o PQG com o PEDSA/PNISA e nisto se aprovou o Plano Operacional para o Desenvolvimento Agrário (PODA) 2015-2019

Com o objetivo de materialização do PQG (2015-2019), através da implementação de ações que concorrem para a redução da pobreza e da vulnerabilidade, assegurando que os resultados do crescimento da economia moçambicana beneficiem a todos os cidadãos, sobretudo os que vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade, foi aprovado e implementado a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) 2016-2024. A ENSSB estrutura-se em quatro eixos de intervenção, nomeadamente, Reforço do consumo, da autonomia e da resiliência; Melhoria da nutrição e do acesso aos serviços de saúde e de educação; Prevenção e resposta aos riscos sociais; e Desenvolvimento institucional.

Importa salientar que os instrumentos de dinamização do setor agrário acima mencionados, não foram capazes de promover aumentos significativos de produção e produtividade e, não obstante, em 2017 foi aprovado e implementado o projeto Sustenta (2017-2024).

Sustenta é um programa integrado de gestão agrícola e recursos naturais, com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais, através da promoção da agricultura sustentável.

Segundo Beula (2020), com um orçamento indicativo de 145,5 mil milhões de meticais, o Sustenta prevê um financiamento integral para toda cadeia de valor, com créditos que variam de 60 mil a 60 milhões de meticais, com taxas de juros no intervalo de 0 e 12%.

Nesta linha de concessão de créditos para aumento da produção e produtividade, criação de empregos e geração de renda, importa realçar que foram introduzidos dois grandes fundos de redução da pobreza e desenvolvimento económico, nomeadamente o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD³) vulgo 7 milhões em 2006 e, em 2010 o Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERBU) 2011-2014, o FDD distribuía 7 milhões de meticais anuais a cada distrito rural e, o PERPU alocava no mínimo 10 milhões de meticais para cada município. O valor alocado aos municípios, variava de acordo as características económicas, demográficas e territoriais do município.

Como se pode imaginar, o FDD e o PERPU podiam constituir grandes alavancas para o desenvolvimento nacional económico e social de Moçambique, mas estes apenas aumentaram o número de programas de desenvolvimento fracassados. Mas os resultados falhados do FDD e PERPU, sempre foi esperado, porque estes dois projetos definiram de forma errada o seu grupo alvo, não estava claro a questão de quem é pobre, e ainda porque os projetos direta ou indiretamente forçavam os indivíduos a serem empreendedores. Pode-se afirmar que o governo definia empreendedorismo em seus projetos FDD e PERPU, como algo que depende apenas de financiamento.

Um dos problemas verificados no FDD e PERPU e que é importante rever-se nos próximos projetos levados a cabo a nível local, é a existência de uma base de dados nacionais, para o cruzamento da informação dos beneficiados por distrito. Algo que, os projetos FDD e PERPU não tinham, o que possibilitava um indivíduo beneficiar-se de quantos financiamentos quisesse, sendo um por cada distrito de Moçambique.

4.3. Visão crítica dos instrumentos de desenvolvimento do setor agrário em Moçambique

Estudos anteriores em torno da agricultura em Moçambique, sobretudo os que analisam a eficácia das políticas agrícolas, apontam resultados falhados e efeitos drásticos para a sociedade e para a economia como um todo pela implementação de políticas de produção em grande escala. Por exemplo, Libombo e Eliziário (2017, p. 1) argumentaram que,

A agricultura adotada pelo governo de Moçambique, centrada nas políticas socialistas, de produção em grandes propriedades com a gerência do Estado, no período pós – independência, destruindo a estrutura tradicional de produção em pequenas escalas dos agricultores, proporcionou uma crise económica, social e cultural dos cidadãos.

Ainda, Mubai (2014, p. 2), argumenta que,

A atividade agrícola proposta pelo mundo desenvolvido tem se constituído complexa, tornando se cada vez mais improdutivo para o agricultor que se encontra distante das

³ Embora no geral o projeto não tenha assegurando benefícios sustentáveis locais e nem regionais, mas o FDD foi um catalizador da economia distrital, através dele se verificou nos distritos, o surgimento de pequenos empreendimentos, criando deste modo postos de trabalho e a circulação da moeda.

políticas modernas de agricultura, o que envolve combinar os diferentes recursos materiais e financeiros à sua disposição com um conjunto de práticas agrícolas extensivos ao preparo adequado do solo, do plantio, da colheita, da comercialização dentre outras atividades desenvolvidas na agricultura. É esta diferenciação e complexidade da realidade agrícola, resultados de uma política agrícola que prejudica a agricultura familiar e a economia como um todo.

Diante do exposto, surge a questão, porque a persistência em políticas agrícolas viradas a exportação?

Pode-se entender em Mosca (2017), que a persistência em políticas desajustadas a realidade agrária em Moçambique se deve ao medo dos capitalistas Moçambicanos verem-se competindo com camponeses. O autor realçando que os motivos da marginalização dos camponeses em Moçambique se associam ao argumento de Negrão (2001) que se pode ler em Mosca (2011:81), o autor sublinhou,

As críticas fundamentam-se, principalmente, afirmando que o apoio à produção agrária de pequena escala, fomentava o desenvolvimento da produção individual, cujos camponeses se poderiam transformar em capitalistas, tal como acontecera com os *kulaks* em alguns países africanos.

Se o desenvolvimento nacional de Moçambique tem a agricultura como base e, esta atividade pelas suas características é de estreita relação com o meio ambiente, para que a agricultura responda o plasmado no artigo 103 da CRM, deve levar em conta os princípios básicos do desenvolvimento sustentável, que segundo Barbosa (2008) são:

- ✓ Social: Refere-se à responsabilidade com a sociedade, preocupação com suas condições de vida, educação, saúde, violência, lazer, dentre outros aspectos.
- ✓ Ambiental: Refere-se à preservação dos recursos naturais do planeta e a forma como são utilizados pela sociedade, comunidades ou empresas.
- ✓ Econômico: Relacionado com a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, sobretudo a redução dos seus custos de operação.

Dado que a sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável, é indispensável a integração desses três fatores, para que a sustentabilidade de fato aconteça. Sem eles, a sustentabilidade não se sustenta.

Pelos princípios do desenvolvimento sustentável acima descritos, se enfatiza o papel da agricultura familiar. Ainda, considerando que Moçambique é um país pobre, com aproximadamente 80% da sua população vivendo na zona rural e praticando a agricultura como meio de subsistência, as políticas de desenvolvimento agrário não podem estar viradas para as exportações. Isto é, o governo deve estimular à produção autônoma e sustentável dos agricultores familiares. Sobre isto, (CASTRO, 1969) realça que somente quando a população trabalhando na agricultura consegue produzir além de suas necessidades, torna-se possível o início de um processo de desenvolvimento, caracterizado pela diferenciação de atividades, dando capacidade o país de conseguir atender outras necessidades econômicas.

Analisando as descontinuidades e rupturas das políticas agrárias, bem como dos programas do governo no geral, pode-se concordar com Mosca (2017, p. 4) que, “as iniciativas agrárias [...], constituem apenas expectativas de entradas de capitais e da criação do capitalismo agrário, em muitos casos beneficiando as elites de que fazem parte”.

As causas do relativo insucesso do PPI e PRE são problemas de cumprimento e coordenação das ações definidas em cada plano ou programa. A execução do PPI não estava alinhado com as metodologias para o alcance das metas pretendidas, uma vez que segundo Chichava (2022), Thay (2020) e Zonjo (2018), Samora Machel insistia muito na necessidade de transformação socioeconômica do setor familiar, através da mobilização e enquadramento dos camponeses, pois o sucesso da cooperativização contribuiria para a organização de um

modo de vida rural e urbana sustentável e, o aumento da produção e da produtividade no campo, era a solução para os problemas do almejado desenvolvimento econômico do País. Mas, foram preparados e implementados dois programas integrados, designadamente, o programa de cooperativização e o programa de desenvolvimento do setor estatal agrário, sendo este último levando em todo período aproximadamente 90% do investimento em setor agrário.

A fraca capacidade ou quase impossível de alinhar e responder os problemas de Moçambique e as exigências do Banco Mundial, constituiu uma das principais causas do relativo insucesso do PRE.

Desde as primeiras eleições em 1994, Moçambique vem registado a implementação de diversos programas, sendo todos eles caracterizados por valores avultados, nacional ou estrangeiro, que se os planos tivessem objetivos de aumento da produção e produtividade, melhoria das condições de vida nas zonas rurais e urbanas, desenvolvimento das cadeias produtivas e crescimento da economia como um todo, estes planos estariam a ser implementados de acordo ao as características de cada região ou província.

A ignorância dos incentivos ao setor produtivo na incorporação das estratégias de dinamização agrária, leva a crer que os objetivos dos fazedores das iniciativas para dinamizar a produção e a produtividade agrícola, não é o desenvolvimento nacional. Dado que os investimentos a este setor são distribuídos de forma desigual e não atendem as potencialidades agrícolas das regiões ou províncias.

No geral, constituem razões do insucesso dos planos de desenvolvimento de Moçambique após as primeiras eleições multipartidárias, as seguintes:

- ✓ A visão oportuna de acumulação de capital;
- ✓ A centralização das equipes de estudo e das decisões sobre implementação dos planos;
- ✓ Subposição de programas nacionais e, caracterizados com objetivos e estratégias comuns;
- ✓ Fraca robustez das instituições;
- ✓ Barramento da descentralização;
- ✓ Fraca ligação campo-cidade.

Não obstante, para um país que nos incisos 1 e 2 do Artigo 103 da sua Constituição da República, ressalta o papel da agricultura, sublinhando-se no nº 1 que “a agricultura é a base de desenvolvimento nacional”, e o estado reconhecendo o seu papel, frisou no nº 2, que “[...] garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do País”. Não se justifica o crédito percentual alocado a este setor, do total do crédito a economia, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Percentual de crédito alocado aos setores da economia de Moçambique

Designação	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Agricultura</i>	4,05	3,73	4,02	3,71	3,49	2,73
<i>Industria</i>	14,35	12,39	1,45	16,41	18,40	17,26
<i>Construção</i>	13,26	13,58	12,08	9,16	6,75	5,78
<i>Industria e Turismo</i>	1,41	1,62	2,07	1,52	1,54	1,39
<i>Comércio Domestico</i>	13,36	14,14	13,87	10,94	11,26	11,76
<i>Transp. e Comunicação</i>	10,51	10,41	12,00	9,98	9,88	10,47
<i>Outros Créditos</i>	43,06	44,13	54,51	48,29	48,69	50,61

Fonte: INE (2021)

Como se pode perceber da tabela 1, tirando a indústria e turismo, o setor chave da economia, que é a agricultura, segundo a Constituição da República de Moçambique, é o que menos recebe créditos para a sua dinamização, sendo 4% o teto mais alto concedido a este setor no período entre 2016 a 2021.

5. Considerações Finais

A agricultura desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico e social, local, regional e nacional dinamizando a indústria, o comércio e os serviços, através de importantes efeitos de encadeamento no resto da economia.

A importância da agricultura familiar se dá porque o excedente da produção se destina basicamente para as populações urbanas, locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional. A produção de alimentos em larga escala pela agricultura familiar, permite poupar capital que em outras circunstâncias deveria ser orientado para a produção agrícola, ou de divisas que deveriam ser gastas na importação de alimentos. Nisto, pode-se afirmar que o agricultor familiar tem uma importância relativa, auxiliando indiretamente a política monetária no controle da inflação dos alimentos, na medida que estes com os incentivos à produção, sobretudo melhorias das infraestruturas de transporte (estradas e pontes) abastecem o mercado interno.

Assim, esse trabalho se propôs a analisar as limitações e desafios da agricultura como fator dinâmico para o desenvolvimento nacional de Moçambique e, primeiramente, pode-se concluir que entre os fatores que levam a baixa produção e produtividade do setor agrário em Moçambique, está a incapacidade de exploração das suas áreas de cultivo.

Mas, a agricultura em Moçambique não desempenha a mesma função como nas outras regiões do mundo, devido a marginalização do pequeno agricultor e deficitárias infraestruturas de apoio ao setor produtivo rural.

Dado os números elevados da desnutrição crônica e insegurança alimentar e os dados resultantes de reformas agrárias voltadas à exportação, para que a agricultura em Moçambique se constitua alicerce de desenvolvimento da nação, é necessário que o governo diferencie as linhas de operação dos seus instrumentos voltados ao setor agrário. Assim, é necessário alinhar estes de acordo com as vantagens competitivas de cada região ou província, como forma de acelerar o desenvolvimento regional e territorial, com vistas à edificação de uma economia planejada, forte e próspera.

Ainda, é necessário que o governo, guiado pela maximização do bem-estar socioeconômico, cumpra a função de assegurar a ligação campo-cidade, que pelo comércio dos excedentes de produção agrícola familiar, verificar-se-á a injeção de moeda no meio rural, e consequentemente o desenvolvimento do mesmo e, ainda pelo escoamento dos excedentes, assegurar-se-á a distribuição dos produtos pelas populações e regiões, evitando-se assim uma inflação dos alimentos e perda de produtos pós colheita por dificuldade de escoamento e armazenamento dos mesmos.

Em Moçambique, por mais que maior parte dos créditos fossem ao setor agrícola, os créditos por si só, não constituirão incentivo sustentável a este setor. Isto é, o principal incentivo de aumento da produção e produtividade não é o crédito, mas sim a existência de infraestruturas sustentáveis de apoio a produção, a ligação campo-cidade possibilitará assim a agricultura desempenhar o seu papel, em produto, mercado e fatores, garantindo-se, deste modo, a sua contribuição aos processos de desenvolvimento de todos os setores da economia.

Por último, sugere-se a continuidade destes estudos na linha de agricultura e desenvolvimento, para a superação dos graves entraves colocados para a população de Moçambique melhorar a sua precária condição de vida.

6. Bibliografia

- ACSELRAD, H. Novas premissas da sustentabilidade democrática. In: *FASE*. 1999.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. d. *Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil*, p. 45-62, 2014.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. 4ª edição, nº4. Rio de Janeiro: *Revista Visões*, 2008.
- BEULA, E. *O país vai ficar insustentável*. Centro da Democracia para o Desenvolvimento – CDC, n. 36, 2020. Disponível em: <<https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/08/O-Pa%C3%ADs-vai-ficar-insustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022
- CASTRO, A. B. de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, v. 2, 1969.
- CHICHAVA, J. A. da C. The economic thought of Samora Machel within the prospective and indicative plan (1980-1990). *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 1, p. 3178–3201, 2022.
- COSTA, J. I. M. da; CASTIGO, P. Análise dos progressos, constrangimentos e desafios do programa agrário “sustenta” em Moçambique. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, p. e244101421682–e244101421682, 2021.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *The state of food and agriculture*. Innovation in family farming. Roma: FAO, 2014.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas SA, 1989.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. *The American Economic Review*, JSTOR, v. 51, n. 4, p. 566–593, 1961.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA -INE: **Anuário Estatístico 2021**. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anuario/nacionais/anuario-estatistico-2021.pdf/view>>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- KUZNETS, S. Economic growth and the contribution of agriculture: notes on measurement. 1961. *International Journal of Agrarian Affairs*, 1961, vol. 03, issue 2, 20
- LIBOMBO, S. E. et al. Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: Perspectivas e desafios da associação livre de mahubo. *Revista Nera*, n. 38, p. 132–150, 2017.
- LUNDIN, I. B.; LEVENE, C.; GERMANO, M. Uma visão sobre o proagri: Uma análise do grupo moçambicano da dívida (gmd). Maputo, 2004. 20p machel, ascensão ananias. *Pressupostos básicos da Governança Local*, 2009.
- MCKAY, B.; RODRIGUEZ, F. B.; FAJARDO, D. The voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security in colombia: Towards democratic land-based resource control. In: *Colloquium Paper No*, v. 19, 2016.
- MOSCA, J. *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*. Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG, Centro de Estudo sobre África, Ásia e América Latina – CEAs, WEP 127, 2014.

MOSCA, J. Produção alimentar: Um problema central por resolver. *Destaque Rural*, OMR Maputo, n. 3, 2014.

MUBAI, B. A. *Os serviços de extensão agrária pública ao pequeno agricultor familiar do distrito de Boane-Moçambique*. 2014. Dissertação (Mestrado), Curso de Geografia — Universidade Estadual de Maringá, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2840>. Acesso em: 15 nov. 2022

MUCAVELE, C.; LUIS, A. *As metamorfoses dos serviços de extensão rural em Moçambique: um contributo ao debate sobre o modelo de extensão a praticar no país*. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=As+metamorfoses+dos+servi%C3%A7os+de+extens%C3%A3o+rural+em+Mo%C3%A7ambique+&btnG=>>. Acesso em: 3 nov. 2022, v. 3, 2021.

MUNDO, T. N. A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=agenda+2030+para+o+desenvolvimento+sustent%C3%A1vel&btnG=>>. Acesso em: 5 nov. 2022. v. 15, p. 24, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2014. Disponível em: <www.fao.org/family-farming-2014/pt/>. Acesso em: 6 nov. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Perspetiva Global Reportagens Humanas, 2021. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812>>, 2021. Acesso em: 05 jan. 2023.

QUEDI, R. P.; MORAES S. C.; BOFF, D. S.; BENVEGNU, M. Projetos de pesquisa: articulação de problemas cotidianos a partir de temáticas emergentes. *CATAVENTOS*, v. 8, p. 103-114, 2016.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

THAY, A. H. Processos de liderança e tomada de decisão em Moçambique: Governança de Samora Machel. *ESTUDOS AFRICANOS*, v. 5, n. 10, p. 151–171, 2020.

WUYTS, M. Economic crisis and third world countries: Impact and response. In: *En Conferência de United Nations Research Institute for Social Development*. Jamaica: Kingstone, Kingston. [S.l.: s.n.], 1989.

ZONJO, J. F. C. *Discurso como política pública: a construção do discurso de combate à pobreza em Moçambique—mudanças e continuidades*. Tese (Doutorado) — Universidade Eduardo Mondlane, 2018.